

JOÃO DE BARROS E AS FIGURAS DE LINGUAGEM DA RETÓRICA À GRAMÁTICA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Raquel Marques da Silva Lagoa (UFF)
rlagoa@id.uff.br

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

Esta pesquisa científica, realizada no âmbito da Historiografia da Linguística (HL), tem como foco a abordagem linguística empregada por João de Barros (JB), gramático renascentista, no que tange às figuras de linguagem, tendo como objeto de pesquisa a sua Gramática da Língua Portuguesa (GLP), publicada em 1540, considerada a primeira gramática de nossa língua. O objetivo geral deste estudo é verificar o processo de construção deste conceito, desde a Antiguidade Clássica, com Quintiliano, até o Renascimento, com JB, a fim de se observar se houve uma mudança relacionada ao metatermo, objeto da retórica e que com JB torna-se também objeto da gramática. A investigação empreendida neste estudo terá como aporte teórico os pressupostos da HL de Koerner (1996 e 2014), Swiggers (2010) e Kaltner (2023) e levará em conta não só os fatores linguísticos da obra, mas também os fatores extralinguísticos, o ‘clima de opinião’, o ambiente de produção, circulação e recepção da gramática. Para fins de investigação da abordagem teórica de JB, utilizaremos o livro *O trivium: as artes liberais da lógica, da gramática e da retórica* (2008), escrito por Joseph, que descreve o conceito de Figuras de Linguagem sob a perspectiva retórica, fornecendo um contraponto na teoria de JB. Tenciona-se que os achados desta pesquisa possam contribuir para o desenvolvimento dos estudos historiográficos, na medida em que se busca verificar o processo de construção das teorias linguísticas, que até hoje são estudadas em nossas escolas.

Palavras-chave

Figuras de Linguagem. Historiografia da Linguística. João de Barros.

ABSTRACT

This scientific research, conducted within the scope of the Historiography of Linguistics (HL), focuses on the linguistic approach employed by João de Barros (JB), a Renaissance grammarian, regarding figures of speech, using as its object of research his *Grammatica da Língua Portuguesa (GLP)*, published in 1540, considered the first grammar of our language. The general objective of this study is to verify the process of construction of this concept, from Classical Antiquity, with Quintilian, to the Renaissance, with JB, in order to observe if there was a change related to the metaterm, an object of rhetoric that, with JB, also becomes an object of grammar. The investigation undertaken in this study will be based on the theoretical assumptions of the HL of Koerner (1996 and 2014), Swiggers (2010) and Kaltner (2023) and will take into account not only the linguistic factors of the work, but also the extralinguistic factors, the ‘climate of opinion’, the environment of production, circulation and reception of the grammar. For the purpose of investigating JB's theoretical approach, we will use the book *The Trivium: The Liberal Arts of Logic, Grammar and Rhetoric* (2008), written by Joseph, which describes the concept of Figures of Speech from a rhetorical perspective, providing a counterpoint to JB's theory. It is intended that the findings of this research may contribute to the

development of historiographical studies, insofar as it seeks to verify the process of construction of linguistic theories, which are still studied in our schools today.

Keywords:

Figures of Speech. Historiography of Linguistics. João de Barros.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar o esboço de uma pesquisa filológica e linguística, realizada no âmbito da Historiografia da Linguística (HL), no que tange ao pensamento linguístico de João de Barros (JB) ao que hodiernamente chamamos de figuras de linguagem. Este estudo justifica-se no fato de essa temática fazer parte dos estudos retóricos na Antiguidade Clássica, passando a fazer parte dos estudos gramaticais a partir do período renascentista. Portanto, temos o intuito de verificar os fundamentos que levaram a essa mudança de perspectiva, bem como se ela representou uma relação de continuidade ou ruptura com a trajetória do pensamento linguístico da Antiguidade Clássica.

2. Pressupostos Teóricos-Metodológicos

Para este fim, utilizamos os fundamentos teóricos da HL elencados por Swiggers (2010) e Koerner (2014) desde a seleção do nosso objeto de pesquisa até a exposição dos seus primeiros achados, uma vez que este estudo ainda se encontra em estágio embrionário.

Quanto aos princípios metodológicos de Swiggers (2010), empregamos as fases heurística, em que há a seleção do *corpus*; a hermenêutica, relacionada à interpretação dos achados de pesquisa; e a fase expositiva, em que os resultados são apresentados.

Para que a pesquisa seja realizada, selecionamos como fonte documental primária a gramática de João de Barros (1496–1570), intitulada *Grammatica da Língua Portuguesa (GLP)*, considerada a primeira gramática de nossa língua¹, publicada em 1540, período renascentista. Além disso, empregamos como fonte documental secundária o livro *O trivium: as artes liberais da lógica, da gramática e da retórica* edição de 2008, escrito pela Irmã Joseph, que apresenta o conceito de Quintiliano sobre as figuras de linguagem nos estudos retóricos.

¹ Embora Fernão de Oliveira tenha publicado a sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* em 1536, consideramos a gramática de João de Barros como a primeira em virtude do seu vínculo com a tradição gramatical greco-latina.

Dado o intervalo de tempo decorrido desde a sua publicação, e, com o intuito de evitarmos problemas de metalinguagem, além dos princípios metodológicos já descritos, também empregamos os princípios de Koerner (2014), uma vez que acreditamos ser necessário: (i) situar a obra dentro de seu contexto sócio-histórico; (ii) empreender a análise dentro dos elementos fornecidos pelo próprio texto, interpretando os fatos linguísticos com o olhar do momento em que a obra está inserida; e (iii) fazer a adequação dos meta-terminos aos da atualidade. Sendo assim, delineamos essa pesquisa levando em conta os princípios da contextualização, da imanência e da adequação.

No que tange ao princípio da contextualização, ele permite que se estude a obra dentro do contexto sócio-histórico em que ela foi produzida, de modo que se leve em conta a ideologia daquele momento a fim de que ela seja compreendida dentro do seu recorte temporal e não com um olhar contemporâneo. Nesse sentido, é parte do trabalho do historiógrafo reconstruir o ‘clima de opinião’ para que não se analise o passado com os olhos do presente.

O princípio da imanência, por sua vez, pressupõe a análise linguística propriamente dita. É nesse momento que o historiógrafo permite que o texto transmita as suas próprias informações. Como argumenta Kaltner (2023), “deve o pesquisador analisá-la a partir de seus próprios metatermos e pressupostos, recorrendo a intertextualidade com obras coevas para facultar a compreensão, quando necessário” (Kaltner, 2023, p. 186).

Por fim, o princípio da adequação relaciona-se ao momento em que o historiógrafo faz “aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita uma melhor apreciação de um determinado trabalho, conceito ou teoria” (Koerner, 1996, p. 60). De fato, esse princípio consiste em uma etapa interpretativa em que são produzidas relações entre o que se achou durante a pesquisa e sua relevância para os estudos linguísticos do presente e futuro.

Uma vez delineados os princípios norteadores desta pesquisa, apresentamos o conceito hodierno de figuras/vícios de linguagem para que possamos compreender o seu percurso historiográfico na corrente do tempo.

3. Figuras de Linguagem – Conceitualização

Por se tratar a pesquisa da trajetória do pensamento linguístico no estudo das figuras/vícios de linguagem em recortes temporais distintos, a Antiguidade Clássica e o Renascimento, também selecionamos um pilar de nossa gramaticografia que descreve esse conceito em nossos dias: a *Moderna Gramática Portuguesa* (2009), de Evanildo Bechara, para que possamos

compreender as relações de continuidade e/ou ruptura envolvidos na pesquisa.

Bechara (2009), no apêndice de sua gramática emprega o termo figuras de sintaxe, considerando-as como “fenômenos de sintaxe mais importantes” (Bechara, 2009, p. 592), elencando uma série dessas ocorrências; em seguida, menciona o que ele nomeia vícios e anomalias de linguagem dividindo-os em *Solecismo*, *Barbarismo* e *Estrangeirismo*.

Segundo ele, *Solecismo* refere-se ao “erro de sintaxe [...] que a torna incompreensível ou imprecisa, ou a inadequação de se levar para uma variedade de língua a norma de outra variedade; em geral, da norma coloquial ou popular para a norma exemplar” (Bechara, 2009, p. 598).

Quanto ao *Barbarismo*, esse seria “o erro no emprego de uma palavra [...]. Inclui o erro de pronúncia, de prosódia, de ortografia, de flexões, de significado, de palavras inexistentes na língua, de formação irregular de palavras” (Bechara, 2009, p. 598). É importante destacar que ao final dessa descrição, Bechara (2009) mostra que “já se empregou o termo barbarismo para referir-se aos erros cometidos pelos estrangeiros ao adaptar ao seu idioma palavras e expressões de outra língua” (Bechara, 2009, p. 599).

Por fim, no que se refere ao *Estrangeirismo*, Bechara (2009) o classifica como “emprego de palavras, expressões e construções alheias ao idioma que a ele chegam por empréstimos tomados de outra língua” (Bechara, 2009, p. 599).

Findada a conceitualização do nosso tema de estudo, damos início à nossa análise.

4. João de Barros – Contexto sócio-histórico

Em uma pesquisa de cunho historiográfico, torna-se imperiosa a descrição do ‘clima de opinião’, parte do estudo relacionado ao primeiro princípio de Koerner (2014), a contextualização, etapa que nos ajuda a analisar a obra levando em conta os parâmetros do momento de sua publicação. Portanto, delineamos o contexto de produção, recepção e circulação da *GLP* (1540), através de alguns aspectos da biografia de JB e o seu contexto sócio-histórico, elementos fundamentais à compreensão de seu pensamento linguístico.

João de Barros nasceu na cidade de Viseu em 1496 e morreu em Nermol, cidade do interior, em 1570. De família nobre, sempre manteve fortes relações com a corte portuguesa. Estudou com o Bispo D. Diogo Ortiz latim e os preceitos católicos. Assumiu vários cargos políticos importantes, entre

eles: governador do castelo de São Jorge da Mina, tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina e da Casa de Ceuta e feitor da Casa da Guiné e da Casa da Índia. De fato, JB foi um homem da elite que circulava entre os poderosos, fato que o tornou parte do processo de colonização português.

Quanto ao contexto sócio-histórico, elencamos os seguintes eventos que propiciaram nosso processo de gramatização, sendo eles: o advento da imprensa, O Padroado Real Português, o Concílio de Trento e o desenvolvimento do comércio ultramarino.

No que se refere à imprensa, ela possibilitou o aumento da circulação de livros e provocou a necessidade de uma sistematização da língua, a fim de que houvesse uma unidade ortográfica entre as publicações que já eram escritas no vernáculo. Deveras, o reino português precisava de regras gramaticais que norteassem a escrita de seus documentos oficiais e de sua literatura.

O Padroado Real Português consistiu em uma aliança entre o reino de Portugal e a Igreja Católica com o objetivo de uma legitimação das conquistas territoriais portuguesas. Em troca dessa legitimidade, o reino de Portugal tinha a missão de empreender uma política missionária de ensino da fé Católica em suas colônias, o que passou a ser feito, também, através do vernáculo português. Essa aliança tornou o Estado português em um Estado Confessional e deu início à desterritorialização da língua, que começou a ser divulgada e ensinada fora dos limites da Coroa portuguesa. Indubitavelmente, era preciso um modelo didático de ensino da língua, motivo que levou JB a escrever não só a gramática, mas também suas *Cartinhas*.

O Concílio de Trento, por sua vez, cujo objetivo era promover uma reforma interna na Igreja Católica, teve como um de seus decretos a permissão, por parte da Igreja, da circulação de catecismos no vernáculo português, não só em Portugal, mas também em suas colônias. De fato, esse concílio impulsionou o uso do vernáculo e a necessidade de sua gramatização.

Por fim, temos o desenvolvimento do comércio ultramarino como fator preponderante no pensamento linguístico de JB. O trabalho nas Casas de comércio fez com que JB entrasse em contato com povos de diferentes línguas. Provavelmente, essa experiência fez com que ele observasse os diferentes falares bem como as suas influências no vernáculo que começava a se firmar como língua nacional. Em sua gramática, inclusive, JB menciona sua preocupação com essa questão, quando se refere aos barbarismos, dizendo que “em nenhuma parte da terra se comete mais essa figura de pronúncia do que nestes reinos: por causa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nosso serviço” (Barros, 1540, p. 34). Nesse sentido, a sua gramática era, igualmente, uma tentativa de conter a influência dos falares estrangeiros à língua nacional ainda em formação.

Na análise dos parâmetros internos, verificaremos aspectos da gramática que comprovam a importância desses elementos extralinguísticos na abordagem linguística empregada por JB.

5. João de Barros e a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540) – Análise imanente

A *Grammatica da Língua Portuguesa* foi escrita por João de Barros (1496–1570) e publicada em 1540 na cidade de Olyssipone pela tipografia Lodouicum Rotorigiu[u]. Com 60 folhas de 20 cm no formato em quarto (in-4). Desde a sua publicação, teve quatro edições, sendo elas: a primeira em 1540, a segunda em 1785, a terceira em 1957, e a quarta edição com comentários de Maria Leonor Buescu em 1971.

A edição utilizada nesta pesquisa trata-se da primeira edição publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda da Biblioteca Nacional na versão fac-similar em PDF. Em virtude da versão em PDF não possuir numeração em todas as páginas, usaremos o critério de paginação da versão do portal da Unicamp que para cada página não numerada, utilizada a numeração da página anterior seguida da letra v, significando verso da folha.

Quanto à argumentação empregada por JB, vale ressaltar que, a exemplo da gramática latina, a *GLP* (1540) revela possuir um caráter pedagógico. Diferente dos filósofos gregos e gramáticos especulativos que escreviam as suas obras com o propósito de teorizar e descrever fenômenos linguísticos, situando seus escritos no campo teórico, JB transita no que Vieira (2018) define como campo doutrinário dos estudos linguísticos, visto que a sua gramática tem por objetivo ensinar tanto os preceitos da fé Católica quanto a leitura e escrita às crianças. JB esclarece em seu prefácio o objetivo de sua gramática ao dizer:

E assim lhe apresentamos os preceitos da lei e os mandamentos da Santa Madre Igreja [...] Fica agora darmos os preceitos de nossa gramática, de cujo título intitulamos a cartinha: como fundamento e primeiros elementos da Gramática. (Barros, 1540, p. 1v)

Como comentado, a *GLP* (1540) foi um dos instrumentos utilizados pela Coroa para empreender uma ‘política’ educacional, sendo a resposta do reino de Portugal ao processo de gramatização já em efervescência em outros Estados em formação, tais como Espanha, França e Itália, que publicaram respectivamente, a *Gramática do Castelhana*, de António de Nebrija, em 1492; a gramática do francês *O Lesclarcissement*, de John Palsgrave, em 1531; e a gramática do italiano *Regole dela Língua Fiorentina*, de autoria duvidosa em 1495.

A gramática de Barros foi escrita nos moldes da tradição gramatical latina, assim como as gramáticas renascentistas em geral. Como atesta Vieira (2018),

[e]m todo processo de gramatização das línguas nacionais europeias, o latim foi pano de fundo. Dado o seu prestígio e utilização universal, era inevitável que as primeiras gramáticas dos vernáculos europeus se baseassem nos modelos concebidos para a descrição da língua latina. (Vieira, 2018, p.21)

Esse formato corrobora a célebre afirmativa de Nebrija de que “a língua é companheira do império” (Nebrija, 1492, p. 2), uma vez que a cada nação que se formava havia a preocupação de se estabelecer uma língua nacional, fato que se concretizava com o processo de gramatização em andamento na Europa. Dessa forma, desde o seu frontispício à sua organização interna verifica-se na *GLP* (1540) o arcabouço dessa tradição gramatical que tem se perpetuado até a atualidade.

Sendo assim, a estrutura da gramática de João de Barros segue os moldes das gramáticas gregas e latinas sendo organizada nas seguintes partes: *Da letera* (Ortografia), *Da syllaba* (Prosódia), *Da diçam* (Etimologia) e *Da Construçam* (Sintaxe). O próprio autor justifica a sua escolha por essa divisão em sua obra, conforme pode ser observado abaixo:

Os quais [gregos e latinos] partem a sua gramática em quatro partes, em ortografia, que trata da letra, em prosódia, que trata da sílaba, em etimologia, que trata da diçam, e em sintaxe, a que responde a construção, a imitação dos quais, (por termos as suas partes), dividimos a nossa gramática. (Barros, 1540, p. 2v)

No entanto, contrariando a divisão proposta por ele, ao final da seção relacionada à sintaxe, JB não finaliza a sua gramática, mas inicia outro segmento intitulado *Das Figuras*. Como justificativa a essa espécie de ‘apêndice’, ele declara que “não somente temos na construção das partes da nossa gramática, as regras que atrás vimos: mas ainda algumas *figuras e vícios* (grifo nosso), que assim na fala como na escrita cometemos” (Barros, 1540, p. 34). Doravante, encetamos nosso estudo sobre o pensamento linguístico de JB no que tange às figuras.

6. João de Barros e as figuras de linguagem da Retórica à Gramática

Esta seção da *GLP* (1540) traz para o âmbito dos estudos gramaticais um dos elementos do *Trivium*, parte do conhecimento humano a ser ensinado aos jovens e que reúne três “aspectos das artes liberais pertinentes à mente, [sendo elas:] lógica², gramática³ e retórica⁴ [...]” (Joseph, 2008, p. 21). Esse

² “[A]rte do pensamento” (Joseph, 2008. p. 21).

conceito de aprendizagem, embora tenha remontado à Antiguidade Clássica, teve a sua origem na Idade Média e, ainda hoje, faz parte de diversas áreas de conhecimento.

A retórica era a arte relacionada à capacidade persuasiva que, por não se ocupar da veracidade dos fatos, era desprezada por Platão e Aristóteles. No entanto, Aristóteles, ao sistematizar a retórica, transformou-a em instrumento da verdade, enfatizando a sua importância na arte da comunicação. Nesse sentido, uma vez que um dos objetivos da retórica passou a ser a transmissão da verdade, seria necessário evitar qualquer mecanismo linguístico que pudesse deturpá-la. Sendo assim, uma comunicação virtuosa seria a que não empregasse as figuras, visto serem elas causadoras de ambiguidades, entre outros recursos linguísticos, que pudessem funcionar como um desvio ou ‘vício’ de linguagem.

Dados os diferentes métodos de comunicação persuasiva, é nessa parte do *Trivium* que encontramos o tópico intitulado linguagem figurada que, de acordo com Cícero e Quintiliano, é definida como “qualquer alteração, quer em pensamento, quer em expressão, dos modos de falar comuns e simples” (Joseph, 2008, p. 276). Ainda nesse tópico, as figuras de linguagem corresponderiam à “linguagem das pessoas comuns, que, movidas pela exaltação, adotam atalhos e variações de expressão que dão à sua fala a vivacidade e o brilho que normalmente nela não se encontrariam” (Joseph, 2008, p. 276). De fato, esse recurso estilístico que se manifesta no pensamento e na fala seria o responsável por um realce no linguajar cotidiano, acrescentando-o um toque de expressividade, mas que poderia deturpar a verdade.

João de Barros, ao descrever o seu conceito de figura, não só utiliza o pensamento linguístico da Antiguidade Clássica de Quintiliano, como também faz questão de citá-lo em sua gramática renascentista⁵, ao dizer que: “Figura (segundo definição de Quintiliano) é uma forma de dizer por alguma arte nova” (Barros, 1540, p. 34). Como observado, podemos verificar uma relação de continuidade do pensamento linguístico entre os dois autores, o que se torna mais evidente a partir de uma análise dos termos empregados por Joseph (2008) no *Trivium*, que remetem à Quintiliano, e por JB, que traz para o período humanista renascentista parte de sua descrição linguística.

O quadro abaixo, que apresenta a definição de linguagem figurada ou figuras de linguagem dos dois autores, nos ajuda a verificar as relações de

³ “[A]rte de inventar e combinar símbolos.” (Joseph, 2008. p. 21).

⁴ “[A]rte da comunicação.” (Joseph, 2008, p. 21).

⁵ Cabe destacar que durante o Renascimento, não era comum o uso de intertextualidade, ou citação. João de Barros é inovador nesse sentido.

continuidade e de ruptura das teorias linguísticas dos dois recortes temporais supracitados.

Quadro comparativo sobre Figuras de Linguagem		
Obras	<i>Trivium</i> (Antiguidade Clássica) Estudos retóricos	<i>GLP</i> (Renascimento) Estudos gramaticais
Referências Teóricas	Quintiliano	João de Barros
Definição de Figuras de Linguagem - 1	“Qualquer alteração, quer em pensamento, quer em expressão, dos modos de falar comuns e simples” (Joseph, 2008, p. 276).	“Figura (segundo definição de Quintiliano) é uma forma de dizer por alguma arte nova [...], se divide em dois gêneros [...], ao primeiro vício chamamos de barbarismos, e ao segundo solecismo” (Barros, 1540, p. 34).
Definição de Figuras de Linguagem - 2	“Linguagem das pessoas comuns, que, movidas pela exaltação, adotam atalhos e variações de expressão que dão à sua fala a vivacidade e o brilho que normalmente nela não se encontrariam” (Joseph, 2008, p. 276)	“Barbarismo [é o] vício que se comete na escrita de cada uma das partes, ou na pronúncia.” “Solecismo [é] o segundo gênero dos vícios [...] que se comete na construção e ordem das partes [...]”.

Fonte: Autores (2025).

Uma análise linguística dos metatermos empregados pelos autores nos revela uma estreita relação entre o pensamento linguístico descrito no *Trivium* e o defendido por JB, que inicia a tradição gramatical renascentista em LP incluindo elementos da retórica nos estudos gramaticais, fato que se perpetua até nossos dias em gramáticas tradicionais.

Sendo a gramática de JB de cunho pedagógico, no lastro da tradição gramatical latina, e tendo por objetivo a sistematização da Língua Portuguesa, cabe nos questionar: Qual seria a argumentação desta ‘virada linguística’? Um estudo dos metatermos empregados nas definições de Quintiliano e JB pode contribuir nesta investigação.

Segundo Quintiliano, a linguagem figurada trata-se de uma “alteração [...] dos modos de falar comuns e simples” (Joseph, 2008, p. 276), bem como “atalhos e variações de expressão” (Joseph, 2008, p. 276); ao passo que para JB, que se refere à linguagem figurada como figura/vício, ela seria “uma forma de dizer por alguma arte nova” (Barros, 1540, p. 34). Nesse sentido, pode-se inferir a existência de uma relação de continuidade do pensamento linguístico, uma vez que ambos associam à linguagem figurada ou as figuras a uma espécie de variação linguística, por ser ela resultado de uma *alteração*, *atalho*, ou *uma forma de dizer*.

Todavia, observamos uma ruptura desse pensamento no que tange ao âmbito de estudo da temática, que na Idade Média fazia parte dos estudos retóricos e que com JB começa a fazer parte dos estudos gramaticais. Embora essa mudança possa parecer uma questão subjetiva, ou apenas para fins pedagógicos, na realidade ela pode representar uma mudança de perspectiva, visto que a retórica tem o objetivo de desenvolver a arte da comunicação através da persuasão, com o intuito de se transmitir a ‘verdade’, ao passo que a gramática tem por objetivo ensinar e prescrever o modo ‘certo e justo’ de usar a língua. Esse achado científico nos remete a mais um questionamento: Qual seria o objetivo de se ensinar, ou não, as figuras/vícios de linguagem?

Outro aspecto que merece nossa atenção concerne ao uso da linguagem figurada. Tanto Quintiliano quanto JB a relacionam à linguagem coloquial do povo. De acordo com o primeiro autor, as figuras aludem “aos modos de falar comuns e simples” (Joseph, 2008, p.276), sendo “linguagem das pessoas comuns” (Joseph, 2008, p.276). João de Barros corrobora essa concepção, embora acrescente um fator sócio-histórico, ao atestar que o uso das figuras estaria associado aos falares dos povos conquistados. Segundo ele, povos da África, Guiné, Ásia e Brasil “por não poderem formar a sua linguagem [...] barbarizam⁶ quando querem imitar a nossa [LP]” (Barros, 1540, p. 34).

A primeira ruptura está vinculada à ocorrência das figuras que para Quintiliano está apenas no âmbito da fala, ao passo que para JB elas também estão associadas à escrita. De fato, o gramático renascentista atesta que o “[b]arbarismo é vício que se comete na escritura [...] ou na pronúncia” (Barros, 1540, p.34). Essa ruptura pode ser justificada pelo fato de o ensino gramatical estar centrado na correção da língua escrita, o que ainda se observa em nossos dias.

Como mencionado acima, para João de Barros as pessoas comuns incluíam os povos dominados que, ao usarem a língua do colonizador, a corrompiam, sendo, portanto, uma ameaça à ‘pureza’ do vernáculo. Para atestar a ocorrência desse fenômeno, a corrupção linguística, JB descreve o povoamento da cidade de Solon, na Grécia. Segundo ele, essa cidade recebeu diversas “nações que corromperam a verdadeira e pura língua dos gregos” (Barros, 1540, p. 35v), fato a ser contido em LP por meio dos estudos gramaticais. Sendo assim, tendo como arcabouço teórico o conceito grego de corrupção linguística, JB, a semelhança dos gregos e latinos, nomeia esse fenômeno de solecismo, um vício de linguagem a ser combatido e um traço

⁶ Termo relacionado a Barbarismo figura de linguagem descrita por JB e relacionada à corrupção linguística.

distintivo entre a classe dominante, falante do português ‘puro’, e a classe dominada, vítima do preconceito linguístico.

Deveras, para JB, identificar as figuras seria uma forma de proteger a LP dos traços distintivos trazidos por outros povos à nossa língua, em outras palavras, seu objetivo seria conter o avanço da variedade linguística, possível ameaça à nossa língua.

7. *Considerações finais*

Nossa pesquisa ainda se encontra em estágio embrionário, porém, até o momento, nos atrevemos a inferir que, no que tange à retórica, a linguagem figurada era uma matéria a ser ensinada para se evitar qualquer entrave à transmissão da verdade. Por outro lado, no que tange às figuras de linguagem em JB, elas são consideradas como responsáveis pela corrupção linguística, de modo que o seu ensino estaria relacionado à proteção da língua e manutenção do *status* social de seus falantes, a classe dominante.

Dessa forma, percebemos uma mudança significativa no uso dos metatermos. Na Antiguidade Clássica, a linguagem figurada estava relacionada à arte da persuasão e transmissão da verdade, agindo como um instrumento do pensamento. Por outro lado, no Renascimento, segundo a abordagem linguística de JB, elas estariam relacionadas à correção e variedade linguísticas, apontando para um cunho social dos estudos da linguagem.

Este artigo retrata apenas alguns dos aspectos dessa temática que se mostra tão promissora na área dos estudos linguísticos com abordagem historiográfica. Esperamos que as lacunas que aqui estão postas possam se tornar objetos de estudo de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, J. *Grammatica da língua portuguesa*. Reprodução facsimilada. 1. ed. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148>.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed, rev. ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

JOSEPH, Irmã Miriam. *O trivium: as artes liberais da lógica, da gramática e da retórica*. São Paulo: É Realizações Editora Livraria e Distribuidora LTDA, 2008.

KALTNER, Leonardo Ferreira. As ideias linguísticas no discurso *De Liberalium Artium Studiis* (1548). *Confluência*, p. 197-217, 2019.

_____. Historiografia da Linguística e Gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos. In: WINDLE, J.A.; SAAVEDRA, M.M.G. (Orgs). *História, política e contato linguístico*. Niterói: EdUFF, 2023. p. 182-212

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 2, 1996.

_____. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Publito, 2014.

NEBRIJA, Antonio de. *Gramática sobre la Lengua Castellana*. Edición, estudio y notas de Carmen Lozano. Madrid: Real Academia Española, 2011 [1492].

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. *Eutomia, Revista Online de Literatura e Linguística*, v. 3, n. 2, p. 17, 2010. Disponível em: www.revistaeutomia.com.br/. Acesso em: abr. 2024.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática Tradicional: História Crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.